

Género e Pobreza em Moçambique



A igualdade de género e o empoderamento das mulheres estão no centro das agendas do governo e dos doadores na África Sub-Sahariana, mas no geral não conseguiram ter impacto. Mais do que a ‘integração’ do género, é necessária mais atenção às variações da posição das mulheres. Numa série de três estudos sobre políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique, foram encontradas diferenças significativas entre o norte e o sul, bem como entre as áreas rural e urbana. É essencial que se compreendam estas variações para se desenhar políticas e intervenções relevantes para a melhoria das condições das mulheres no país.

A igualdade de género e o empoderamento das mulheres figuram desde há muito na agenda de desenvolvimento internacional, e tornaram-se parte integrante da maioria dos planos de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza como “questões transversais” – afectando ostensivamente as políticas e intervenções em todas as áreas do desenvolvimento nacional. Todavia, nem os governos nacionais nem os doadores conseguiram fazer a transição das declarações de política e quadros legais para progressos significativos para as mulheres. As mulheres na África Sub-Sahariana têm

ainda pesadas responsabilidades domésticas, empregos subalternos e rendimento mais baixo, acesso à terra inferior e menor produção agrícola e níveis mais baixos de educação e saúde do que os homens. E a violência doméstica e sexual constitui um grave problema que as mulheres enfrentam continuamente. Ao mesmo tempo, a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres – geralmente usada como um indicador padrão da feminização da pobreza – está a subir e representa uma percentagem crescente dos segmentos mais pobres da população.



Dito isto, há uma curiosa incongruência entre, por um lado, as frequentes declarações gerais e completas sobre desigualdade de gênero e, por outro lado, as grandes variações e complexidades das vidas dos homens e mulheres reais. A “integração” ou “essencialização” das políticas de gênero, grandemente impulsionadas pelas agendas internacionais e acadêmicos feministas, implica um risco de conceber políticas que não têm relação com a economia nacional e as realidades sócio-culturais das mulheres reais que vivem vidas reais.

Moçambique tem uma longa tradição política de ênfase da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, que vem da era da Frelimo no pós-independência, e amplos contactos com doadores ocidentais. Houve desde a independência em 1975 um aumento na representação e participação política das mulheres nos processos de tomada de decisões – com as mulheres a deterem 36% dos lugares no Parlamento – e o país é signatário de todos os acordos internacionais relacionados com o gênero.

Contudo, apesar dos avanços no cenário político e na representação feminina, os constrangimentos estruturais e uma forte cultura patriarcal continuam a preservar a posição dominante dos homens, e a inibir a maioria das mulheres de ganharem mais auto-confiança econômica e independência social. Moçambique continua a ser o país mais pobre e menos desenvolvido da África Austral em termos de desenvolvimento tanto humano como de gênero. Os indicadores sobre rendimento, educação e longevidade são excepcionalmente baixos e a contagem de pobreza de 63% entre os agregados familiares chefiados por mulheres é consideravelmente

mais alta do que a de 52% nos agregados familiares chefiados por homens, estando a discrepância a subir.

Numa série de três estudos sobre políticas de gênero e feminização da pobreza em Moçambique que fundamentam este sumário, foram encontradas diferenças significativas na posição das mulheres, tanto entre o norte e o sul como entre as áreas rural e urbana. É essencial compreender estas variações para desenhar políticas e intervenções relevantes para a melhoria das condições das mulheres no país.

Analicamente os estudos baseiam-se na noção de que a história e as forças estruturais contemporâneas políticas, econômicas e culturais têm um efeito poderoso sobre a ação humana e a forma dos acontecimentos. Por conseguinte, a um certo nível as relações de gênero são moldadas e reproduzidas por processos externos que são congruentes com os padrões de poder estabelecidos da sociedade em geral. Ao mesmo tempo, porém, há lugar para a agência humana e as vidas comuns, na medida em que as pessoas se relacionam o melhor que podem com os constrangimentos e oportunidades estruturais, a partir da posição econômica e sócio-cultural em que estão inseridas.

A mudança social ocorre através de “conjunturas vitais” ou mudanças no ambiente estrutural. Duas destas “conjunturas” têm sido particularmente importantes para as relações de gênero em Moçambique: uma é a forte exposição das zonas sul e centro do país às forças estruturais da “modernidade” e migração da mão-de-obra, e a concomitante influência contínua da “tradição” na zona norte do

país que tem sido menos susceptível a essas forças. A outra é o impacto da urbanização, que parece ter aberto novos espaços tanto para os homens como para as mulheres, de uma forma que está em processo de tornar as relações de género nas cidades e vilas profundamente diferentes das mesmas nas áreas rurais.

Na zona norte de Moçambique, os homens têm, historicamente, dominado as formações sociais Macua tradicional, Portuguesa colonial e Muçulmana – muito embora a estrutura de parentesco matrilinear dos Macua torne mais fácil para as mulheres manterem ligações com a sua família natal e as leis da *sharia* serem “sensíveis ao género” ao sublinharem as responsabilidades financeiras que os homens têm para com as mulheres e filhos. Os nossos dados de Nampula mostram que a representação política das mulheres, desde o nível formal provincial até ao nível local informal, é baixa. As mulheres dificilmente trabalham fora da agricultura de subsistência e estão praticamente ausentes da economia informal. E os níveis de educação e condições de saúde são fracos – com excepção da taxa de infecção pelo HIV-SIDA que é a mais baixa do país. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres na província é relativamente baixa, com 21%, 30% das mulheres fazem parte de agregados familiares polígamos e a maioria das mulheres são formalmente casadas com poder muito limitado de tomada de decisões nos agregados familiares chefiados por homens. Em Nampula, 43% das raparigas têm relações sexuais antes dos 15 anos e são comuns os casamentos precoces na região. 62% das mulheres têm uma “atitude de aceitação” perante a violência doméstica.

O denominador de género essencial no norte é a muito forte cultura patriarcal, firmemente baseada numa combinação de tradição e religião. As estruturas patriarcais são reforçadas pelo contínuo domínio masculino nas esferas políticas formais e informais e manifestam-se em várias formas de violência e abuso sexual baseados no género.

A zona sul do país tem historicamente testemunhado profundos processos de mudança sócio-económica, incluindo uma grande migração da mão-de-obra masculina para a África do Sul, uma “feminização” da agricultura devido ao absentismo masculino e uma forte influência da vida urbana e “moderna” da cidade de Maputo. Os nossos estudos mostram que as mulheres em Gaza tinham crescentes responsabilidades sócio-económicas, e estão bem representadas nos organismos políticos formais. As



mulheres mostram também um alto nível de participação na agricultura de pequena escala e na economia informal, e as raparigas estão matriculadas na educação ao mesmo nível que os rapazes. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é excepcionalmente elevada, com 53%, a poligamia é rara e a maioria das mulheres que vivem com homens não é formalmente casada mas vive em coabitação. Mas as mulheres sofrem também com a mais alta taxa de infecção por HIV/SIDA do país, de 32%.

No Sul as disparidades de género parecem estar principalmente relacionadas com a classe, com as mulheres pobres sem independência económica a serem susceptíveis de controlo contínuo do sistema patrilinear e da ideologia patriarcal. A importância do *lobolo* e o padrão abrangente de relações sexuais não-protégidas podem ser vistos como formas de manter o controlo pelos homens que consideram o seu estatuto e posição ameaçados pelas mulheres economicamente independentes e pelo número crescente de mulheres que estabelecem os seus próprios agregados familiares.

Resumo dos estudos: Tvedten, Inge, M. Paulo and G. Montserrat (2008). *Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique*. CMI Relatório R 2008:13; Tvedten, Inge, M. Paulo and M. Tuominen (2009). "Se homens e mulheres fossem iguais, todos nós seríamos simplesmente pessoas." *Género e Pobreza no Sul de Moçambique*. CMI Relatório R 2009:14; Tvedten, Inge, M. Paulo and M. Tuominen (2010). *Não fica bem que uma mulher seja chefe quando existem homens?* *Género e Pobreza no Sul de Moçambique*. CMI Relatório R 2010:3. Os relatórios estão disponíveis em www.cmi.no. Editor técnico: Inger A. Nygaard. Fotos Inge Tvedten. Pesquisa financiada pelo: NORAD.

A urbanização, tanto no norte como no sul, alterou o espaço sócio-cultural de homens e mulheres. As relações sociais nos densos e tensos bairros de lata das áreas urbanas de Nampula e Gaza tendem a ser menos susceptíveis ao controlo cultural pela tradição e religião; mais diversificadas com a inclusão de amigos, vizinhos, membros de associações e colegas de trabalho, parcialmente à custa da – frequentemente ausente – família alargada; e dão mais espaço à agência humana ou para ‘regatear com o patriarcado’. De acordo com isto, as mulheres urbanas dos nossos estudos têm geralmente uma maior participação na economia; maior envolvimento na educação; e mais probabilidades de chefiar agregados familiares do que nas áreas rurais. As mulheres urbanas têm também melhor acesso à informação, do que resulta um melhor conhecimento sobre como evitar o HIV/SIDA, a nova Lei da Família, a nova Lei sobre Violência Doméstica e outras questões vitais para o empoderamento da mulher.

Ao mesmo tempo, porém, os homens e mulheres muito pobres das áreas urbanas parecem ainda mais vulneráveis do que os seus homólogos rurais. O emprego e rendimento são essenciais para a alimentação e serviços sociais básicos; as relações recíprocas são grandemente baseadas na troca de dinheiro e bens materiais; e os pobres urbanos têm mais dificuldades em manter relações rurais cruciais para a produção agrícola e o apoio da família alargada. Há algumas indicações de que as mulheres mais pobres se relacionam melhor com estas situações do que os homens mais pobres, através do estabelecimento e manutenção de redes de mulheres, mas não ainda ao ponto de se assemelhar à ‘masculinização’ da pobreza observada noutras áreas urbanas da África Austral.

Recomendações. As recomendações que resultam da nossa série de estudos baseiam-se na premissa de que é necessária uma ênfase mais forte na igualdade de género e

empoderamento das mulheres, não só para satisfazer os compromissos do governo Moçambicano em relação à igualdade de género *per se* mas também para cumprir o objectivo de redução da pobreza. As recomendações centram-se na necessidade de passar de políticas e regulamentos gerais para intervenções com objectivos definidos que tomem em consideração as variações nas relações de género. Estas recomendações são explicadas detalhadamente nos relatórios e incluem:

1. Intervenções no Norte levando a mensagem de igualdade de género aos principais fazedores de opinião das instituições tradicionais e religiosas.
2. Intervenções no Sul centrando-se nos direitos das mulheres solteiras e dos seus filhos em relação à Lei da Família e à protecção sexual..
3. Intervenções no Norte rural para apoiar um maior envolvimento das mulheres na produção e troca de produtos agrícolas.
4. Intervenções no Sul rural para apoiar os direitos das mulheres à partilha dos rendimentos dos migrantes e à terra num contexto patrilíneo.
5. Intervenções no Norte urbano para formar associações, tornando mais fácil para as mulheres agirem independentemente dos homens.
6. Intervenções no Sul urbano apoiando as mulheres para passarem de comerciantes informais de pequena escala para o empreendedorismo em maior escala.
7. Transferências directas de dinheiro para as mulheres rurais mais pobres (geralmente viúvas idosas e divorciadas) e para as mulheres urbanas (normalmente mães solteiras desempregadas e isoladas socialmente), a fim de aliviar situações de pobreza desesperada e vulnerabilidade.